



**INSTITUTO DE HUMANIDADES-IH
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

PAULO ANÓS TÉ

**TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE SOBRE A
PROLIFERAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS (1991-2018)**

**REDENÇÃO
2019**



**INSTITUTO DE HUMANIDADES-IH
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

PAULO ANÓS TÉ

**TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE SOBRE A
PROLIFERAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS (1991-2018)**

Projeto de pesquisa do curso de Bacharelado em Humanidades (BHU) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), apresentado como requisito para à obtenção do título de Bacharel em Humanidade.

Orientadora: Prof.^a Dra. Artemisa Odila Candé Monteiro

**REDENÇÃO
2019**

RESUMO

A presente proposta de projeto de pesquisa tem como objeto de estudo o processo de transição democrática na Guiné-Bissau, fazendo uma análise da proliferação dos partidos políticos de (1991-2018). Pressupõem-se que as abordagens sobre o processo de transição democrática na Guiné-Bissau têm uma dimensão de estudo interdisciplinar e multidisciplinar. Este trabalho pretende analisar o processo de transição democrática e os impactos da proliferação dos partidos políticos no cenário político guineense, uma vez que as discussões sobre o tema são quase inexpressivas na literatura bissau-guineense e, por esse motivo, o estudo visa apoiar-se no levantamento bibliográfico que se debruça sobre essa questão. Perante isso, será feito também um trabalho de campo na Guiné-Bissau, na cidade de Bissau, e serão entrevistadas 13 pessoas no total, que têm o conhecimento sobre o problema em análise, entre as quais 2 pessoas do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-verde (PAIGC), 2 pessoas do Partido da Renovação Social (PRS), 2 pessoas do Movimento de Alternância Democrática (MADEM-G15), respetivamente, os presidentes e os secretários gerais dos respetivos partidos, 1 cientista social, 1 sociólogo, 2 cientistas políticas e 3 cidadãos da sociedade civil. No entanto, o nosso trabalho está em andamento e, conseqüentemente, com a realização de uma análise preliminar, percebemos que a democratização no país não só resulta da vontade endógena, mas de fatores exógenos impostas através das agências internacionais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Nesta análise, constata-se que várias razões explicam a proliferação dos partidos [alguns sem estruturas e sem ideologia política] como manter *status quo*, ascensão social, política e econômica dos seus líderes.

Palavras-chave: Guiné-Bissau. Partidos Políticos. Transição democrática. Pluripartidarismo. Proliferação.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. PROBLEMATIZAÇÃO	7
3. JUSTIFICATIVA	8
4. OBJETIVOS	9
4.1 Objetivos geral	9
4.2 Objetivos específicos	9
5. HIPÓTESES	9
6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
6.1 A Guiné-Bissau pós-independência e o regime do partido único	10
6.1.1 O advento da democratização na Guiné-Bissau nos anos 90	16
6.1.2 O processo de transição democrática nos anos 90	20
6.2 Proliferação dos partidos políticos na Guiné-Bissau	24
6.2.1 Partidos políticos e as instabilidades políticas	31
7. METODOLOGIA	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

1. INTRODUÇÃO

A região geográfica da África ocidental, hoje conhecida como Guiné-Bissau, foi colônia de Portugal. Após vários anos de luta armada, tornou-se unilateralmente independente no dia 24 de setembro de 1973, isto é, conquistando a proclamação da independência do país e a sua liberdade depois da ocupação colonial portuguesa. A guerra foi protagonizada pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)¹ liderado por Amílcar Lopes Cabral², o pai da nação bissau-guineense e cabo-verdiana, e foi a primeira colônia portuguesa a ter a sua independência reconhecida por Portugal em 1974. Atualmente, a Guiné-Bissau é um Estado soberano e democrático em que os seus representantes políticos são eleitos pelo sufrágio universal (AUGEL, 2007; CARVALHO, 2010; SANGREMAN *et al.*, 2006; TEIXEIRA, 2015).

A Guiné-Bissau faz fronteira com a República do Senegal ao norte, a leste e ao sul com a República da Guiné-Conacri, dessa forma, torna-se em um espaço para movimentação das pessoas, tanto interna quanto externa. O país é composto por uma parte insular banhada pelo oceano Atlântico, esta parte é constituída por mais de 80 ilhas agrupadas no arquipélago de Bijagós, parte delas não são povoadas, sendo de vegetação tropical densa, separada da área continental pelos rios (AUGEL, 2007 e M'BUNDE, 2017). Possui territórios continentais, que correspondem oito regiões: Bolama, Báfata, Gabú, Cacheu, Biombo, Oio, Quinará e Tombali, mais o setor autônomo de Bissau, que é a capital. É um país plano com clima tropical, úmido e quente, com duas estações:

¹Segundo M'Bundé (2017), o PAIGC diz ter fundado em 19 de setembro de 1956, em Bissau, sob a liderança de Amílcar Cabral, Luís Cabral, Aristides Pereira, Elisée Turpin, Abílio Duarte, Júlio de Almeida e Fernando Fortes, o movimento de luta de libertação nacional da Guiné-Bissau e Cabo Verde, tendo como ideologia a formação de um Estado Binacional entre os dois Estados. Desse modo, se transformou no principal partido político depois da independência de Guiné-Bissau, mas Candé Monteiro (2013 ver tb. Gracia, 2000) salienta que é um discurso na historiografia da luta de libertação nacional afirmar que o partido tenha sido formado em 1956.

²Para Sangreman *et al.* (2006), o Amílcar Cabral é tido como o pai da independência por ter liderado os dois países no processo de luta de libertação nacional. Nasceu em 12 de setembro de 1924 em Bafatá, na Guiné-Bissau. Ocupou um dos mais importantes lugares entre os dirigentes nacionalistas das colônias portuguesas, tendo orientado as suas ações pela luta nacionalista contra o regime português, e não contra o povo português, e a luta contra o regime como uma luta em comum dos nacionalistas de todas as colônias. Em 20 de Janeiro de 1973, ocorreu o assassinato de Amílcar Cabral, o fato foi considerado como um mistério sobre quem o mandou matar, quem poderia ter preparado e organizado o crime, tendo surgido, assim, várias versões para tentar explicar o fato. Cabral foi morto em Conacry por Inocêncio Kani, um comandante naval guineense do PAIGC. Rivalidades entre guineenses e cabo-verdianos, inteligentemente aproveitadas pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), podem ter sido a origem do assassinato. O fato é declarado por Lopes (2011, p.10) na afirmação que se segue “agentes infiltrados da PIDE assassinaram Cabral em Conakry”.

a primeira estação começa entre dezembro e abril, e as chuvas começam, normalmente, no mês de maio até novembro.

É um país multilíngue, composto por mais de 27 grupos étnicos, cujo território geográfico é muito pequeno e está situado na costa ocidental da África com 36.125km². Dentro do território guineense, há territórios que ficam cobertos pelas águas da chuva, e a área habitável total do país é de 24.800km² (AUGEL, 2007). A parte continental é cortada pelos rios caudalosos como Geba, o Cacheu, o Corrubal, o Mansoa, o de Rio Grande de Buba e o rio Cacine, e tem um clima favorável para a prática de agricultura e da pesca, que são as principais fontes de subsistência para a população guineense (CANDÉ MONTEIRO, 2013).

De acordo com os dados estatísticos de uma pesquisa realizada em 2009 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em colaboração com o Ministério da Economia, do Plano e da Integração Regional (MEPIR), foram recenseados 1.497.859 habitantes, sendo assim, 48,6% do sexo masculino e 51,4% do sexo feminino. A maioria da população guineense vive no setor autônomo de Bissau (SAB), e Guiné-Bissau consta entre os países com uma grande cifra da população jovem.

Ao descrever o panorama histórico desse território no período pré-colonial, Lopes (1989) afirma que a região, hoje correspondente à Guiné-Bissau, se confunde com os reinos mandingas muçulmanos oriundos de Alto Níger, onde constituí o império de Mali, que se estendiam por uma imensa área na parte Ocidental da África. O império de Mali estava estreitamente ligado ao de Kaabú com capital de Kansala, formado a partir da expansão através dos guerreiros Tiramakan Traore, que era um dos soldados do império de Mali, construindo assim o Estado de Kaabunké (AUGEL, 2007 apud LOPES, 1989). Ainda Lopes (1982) salienta que os mandingas começaram a se expandir através da invasão que, pouco a pouco, submeteram outros grupos impondo as suas supremacias. O poder dos mandingas atingiu o seu auge nos séculos XIII e XIV, dominando várias etnias que cultuavam os seus ancestrais e as forças da natureza, como os balantas, os manjacos, os bijagós, e islamizaram os beafadas. Essa supremacia é conhecida como mandinguização. No século XV e XVI, o povo fula ou fulbe começou a se emancipar, e os muçulmanos, até o século XVIII, ficaram sob a dominação mandinga. No século XIX, espalharam-se pela Guiné depois da conquista de Kansala, em 1867, destruindo o reino Kaabú e estabelecendo a supremacia dos fulos na região (AUGEL, 2007 apud LOPES, 1982).

Após a independência a Guiné-Bissau, passou a ser governado pelo PAIGC no regime de partido único, sendo um período marcado por grandes tensões e assassinatos esfíngicos dos altos líderes que compunham aquela formação partidária (GOMES, 2012). Este período foi caracterizado por alguns autores como o período da alta tensão dentro do partido. Devido as pressões internas e externas, a Guiné-Bissau acabou por adentrar no regime democrático em 1991 como forma de resolver os problemas da instabilidade política e de boa governação, que até agora não foram assentes. Esse período permitiu a legalização de outras formações partidárias com o fito de disputar com o PAIGC no campo político sem, no entanto, terem uma estrutura sólida, e acabaram por demonstrar as poucas institucionalidades e despreparos para a mudança de ideologia política.

De fato, no século passado, a Guiné-Bissau e um considerável número de países passaram pelo processo de democratização, quer dizer, que o número de indivíduos adquiriu direito ao voto com um progressivo alargamento, permitindo, assim, todos que tivessem a liberdade de escolha dos seus representantes. Neste sentido, para Bobbio, (2015, p.35) a “democracia é um conjunto de regras [primárias ou fundamentais] que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos”. Assim sendo, para que uma decisão seja aceita e considerada coletiva, é preciso que seja tomada com base em regras escritas ou não, que estabeleçam quais os indivíduos autorizados a tomar as decisões vinculatórias para todos os membros do grupo.

A “transitologia” surgiu na década de 1980 com o foco nos estudos dos regimes democráticos eleitorais, que foram implementados em alguns países em vias de democratização. A partir da segunda metade daquela década, esse fenômeno foi denominado por Huntington (1994 apud Carvalho, 2010, p.24) de “terceira onda de democratização”. Nessa ordem do pensamento, Teixeira (2015, p. 64) assevera que “a democracia liberal viveu um dos momentos de maior expansão com o processo de transição do partido único para a democracia dos países do Sul e Leste da Europa, da América Latina e África [no início dos anos 1990]”. Os estudos recentes sobre o processo de democratização definem a ideia de “regra de jogo democrático”, como a noção da democracia como um método, em que os cargos de governos são ocupados através das eleições livres, competitivas, e, inclusive, o direito de qualquer um candidatar-se a cargos eletivos do governo (HUNTINGTON, 1994; LINZ e STEPAN, 1999 apud TEIXEIRA, 2015).

Em 1994, o panorama político tinha mudado drasticamente. Segundo Carvalho (2010, p. 44). “até em 1989 havia 29 países africanos dotados de regime político de partido único”, já, em 1994, não havia mais regime de partido único. É nessa senda que vai decorrer o processo de

transição política no país. Isto posto, “as complexidades desse processo foram determinadas por diferentes grupos políticos, étnicos e Forças Armadas, que se fizeram presente no percurso e, após a democratização, engendraram as crescentes instabilidades políticas, sociais e econômicas até os dias atuais”. Perante o exposto, este trabalho propõe analisar o processo de transição democrática e os impactos da proliferação dos partidos políticos no cenário político na Guiné-Bissau.

2. PROBLEMATIZAÇÃO

O funcionamento democrático no país tem sido fraco devido às cíclicas interrupções democráticas que vem vivenciado. Com este trabalho, procuramos compreender os possíveis fracassos dos partidos políticos no que concerne a consolidação dos princípios democráticos na Guiné-Bissau. Posto isto, é preciso traçar balizas para analisar o porquê do sistema político bissau-guineense, desde abertura política, ter se tornado desprovido de estabilidade política por causa do golpe de Estado e um levantamento militar em 1998 que levou uma sangrenta guerra civil no país. Este fator de instabilidade política no país torna-se problemático e complexo devido a sua natureza, mesmo assim, assistimos no país uma grande proliferação dos partidos políticos alguns sem estruturas e sem bases ideológicas, totalizando 50 partidos legalizados até o ano de 2019.

Diante desta situação, antevê-se a importância de colocar alguns questionamentos: quais os fatores que estão na base da fragilidade do processo da democratização na Guiné-Bissau? A que se deve a proliferação de vários partidos políticos na Guiné-Bissau? É viável e consistente pensarmos em uma possível falta da cultura democrática? As recorrentes clivagens político-partidárias são causadas única e exclusivamente pelos fatores internos ou existem condicionantes externos? Essa tendência da criação de novos partidos políticos visa atender as demandas do país ou é uma mera estratégia de ascensão social dos seus líderes? A quem interessa a proliferação dos partidos políticos carentes de bases estruturais e ideológicas?

3. JUSTIFICATIVA

O presente trabalho se justifica com base da Guiné-Bissau depois da abertura política em 1991 viver numa situação de proliferação dos partidos políticos e das constantes instabilidades governativas e políticas, então, o país não conseguiu consolidar a jovem democracia. Como guineense, acho importante fazer um trabalho relacionado à temática exposta, que poderá trazer novas contribuições, olhares e os impactos do problema acima referido no país. No entanto, outros fatores que me induziram a pesquisar sobre a temática é a existência de 50 partidos políticos num país com menos de 2.000.000 habitantes, num território pequeno de 36.125km². Por outro lado, a existência de muitos partidos tem contribuído para as sucessivas instabilidades democráticas no país, visto que, de um momento, se forma uma nova maioria no parlamento que acaba por derrubar o governo eleito democraticamente. A proliferação dos partidos políticos na Guiné-Bissau não tem sido um fator importante para a fortificação de uma democracia consistente desde abertura democrática em 1991 até os dias atuais.

Outro fator da escolha do tema está relacionado a uma discussão sobre a democratização de Guiné-Bissau na disciplina Tópico em História da Guiné-Bissau II, ministrada pela professora doutora Artemisa Odila Candé Monteiro. Alguns colegas alegam que a democracia não era viável para o país, a partir disso, comecei a perceber que o tema era muito complexo. A escolha do tema não foi nada fácil, pois já havia escolhido dois temas, um deles tratava-se da **identidade nacional: o papel do Kriol na formação de identidade bissau-guineense**. Deixar de falar do tema foi uma decisão pessoal, o que não significa que o problema não pode ser objeto de pesquisa.

Esta pesquisa terá uma importância acadêmica e social. De acordo com as pesquisas bibliográficas feitas, percebe-se que há uma escassez de trabalhos sobre o assunto exposto, ou seja, há poucos trabalhos sobre o problema em análise ou, aliás, o assunto continua sendo pouco discutido no país, no qual houve e há poucas discussões ligadas a este número exacerbado dos partidos políticos. O primeiro caso contribuirá para as discussões ligadas à proliferação dos partidos políticos no país e servirá como fonte de consulta para os futuros pesquisadores que desenvolverão as suas pesquisas nas Ciências Humanas e, sobretudo, nas Ciências Sociais, destacando a Sociologia, Antropologia, Relações Internacionais, Ciência Política, Direito, etc. Por isso, é de grande relevância estudar o tema exposto a partir de um ponto de vista endógeno. Destaca-se também a importância para a sociedade guineense, porque o problema no qual está sendo

debruçado é muito complexo e pouco discutido na literatura bissau-guineense. Outrossim, a pesquisa contribuirá para explicar o fenômeno. Também o trabalho possibilitará uma reflexão crítica sobre o cenário político guineense em que o país vive, ajudando a sociedade bissau-guineense a depreender sobre o assunto com as evidências claras, ou seja, com um entendimento mais proficiente e mais diáfano da realidade política guineense.

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivos geral

- ❖ Analisar o processo de transição democrática e os impactos da proliferação dos partidos políticos no cenário político guineense

4.2 Objetivos específicos

- ❖ Compreender os fatores internos e externos que influenciaram na abertura política da Guiné-Bissau;
- ❖ Analisar as recorrentes instabilidades político-partidárias e suas implicações na consolidação do processo democrático guineense;
- ❖ Entender as possíveis vantagens e desvantagens da emergência dos novos partidos políticos para a consolidação democrática na Guiné-Bissau;
- ❖ Analisar a opinião dos representantes políticos, cientistas sociais, cientistas políticos e cidadãos da sociedade civil;

5. HIPÓTESES

H¹ - O processo de democratização e multipartidarismo da Guiné-Bissau tem sido deparado com uma série de instabilidades políticas e institucionais conturbadas, que inibe o país de construir um estado de direito democrático que se anseia. Esse processo é marcado por fragilidade internas, pelos sucessivos golpes de Estado, tentativas de golpes “institucionais” e assassinatos de figuras públicas, fatos que fragilizam as instituições do Estado e, conseqüentemente, o processo de democratização no país.

H² - O exacerbado número de partidos políticos na Guiné-Bissau contribui e ainda contribuem para as instabilidades políticas que o país vem vivenciado desde abertura política até os dias atuais. Visto que as novas formações partidárias são desprovidas, na maioria dos casos, de projetos de governação sólidos, da estrutura e da ideologia política. Melhor dizendo, a novidade de formações partidárias não se traduz na inovação política e na implementação das agendas do desenvolvimento endógeno e inclusivo, mas sim, como uma estratégia de ascensão social e política dos seus líderes.

6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para pensarmos a problemática do Processo de transição democrática na Guiné-Bissau: uma análise sobre a proliferação dos partidos políticos (1991-2018), o nosso trabalho se embasa nos autores como Artemisa Odila Candé Monteiro (2013), Carlos Cardoso (1995), Fafali Koudawo (2001), Timóteo Saba M'bunde (2017), Vagner Gomes Bijagó (2017), Ricardo Ossagô de Carvalho (2010) e entre outros. O presente trabalho divide-se em três tópicos: o primeiro analisará Guiné-Bissau pós-independência e o regime do partido único. O segundo discutirá o processo de transição democrática na Guiné-Bissau nos anos de 1990. O terceiro e último tópico debruça-se sobre a proliferação dos partidos políticos.

6.1 A Guiné-Bissau pós-independência e o regime do partido único

Nesta sessão, proporciona-se fazer um diálogo bibliográfico com os autores que abordaram sobre esta temática na Guiné-Bissau, sobretudo no período pós-independência. Nomeadamente, o regime do partido único no país intercalando-o com o trabalho do autor Onésimo Silveira (2014), no seu trabalho intitulado “África ao Sul do Sahara: Sistemas de Partidos e Ideologias de Socialismo”.

De forma preambular sobre a questão em diálogo, Onésimo Silveira (2004) observa que a necessidade de construir a nação, de investir no Estado de instituições adequadas e de criar uma economia, conduziu os Estados africanos, nas suas posições doutrinárias no período pós-independência, a adotarem o sistema de partido único. O autor, por seu turno, destaca também a reflexão de Julius Nyerere, o líder nacionalista da Tanzânia, que afirma o seguinte: “as divisões

entre os políticos ingleses nada significaram para nós, pois, todos eles são colonialistas e construímos a TANU (*Tanganyica African National Union*- União Nacional Africana da Tanganica) como movimento nacionalista que vai libertar o país” (SILVEIRA, 2004, p. 61-62).

Por outro lado, este autor afirma que os argumentos invocados pelos líderes africanos, como, por exemplo, Madeira Keita, Sekou Touré e Kwame Krumah, e outros para a formação do regime do Partido Único no continente africano, podem ser agrupados em três categorias principais da análise a saber: a primeira refere-se a “necessidade de reconstrução nacional”; segunda, a “garantia de desenvolvimento econômico”; e, a terceira, a “compatibilidade com a construção africana do socialismo”, justificando o regime como a forma de perfazer com o colonialismo no continente africano e todos os Estados de Partidos únicos na África proclamaram-se como partido do povo. Os defensores do Partido único argumentaram que o sistema de multipartidarismo³ facilita a penetração dos interesses estrangeiros, o fato que levaria ao fracasso da unidade nacional e representaria um perigo para a nação em construção e para integridade territorial. “Esta ideia levou a absorção dos partidos das oposições, pois entendia que a existência desses seria o antiafricano, visto que levaria a divisão do povo africano” (SILVEIRA, 2004, p. 64).

Dentro dessa perspectiva de análise, cumpre salientar que Guiné-Bissau também aderiu a mesma política do sistema de “Partido único”. A referida ideologia foi adotada pelo Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo-verde (PAIGC), proclamado como Partido-Estado através do controle social e político, da perseguição e vigilância acompanhadas de ameaças e eliminação de adversários políticos. Tal fato é caracterizado por Teixeira (2008, p.20) como a estratégia de “totalização da sociedade” das outras esferas que não estavam sendo controladas pelo PAIGC. O discurso da “unanimidade”, nesse período, é entendido, conforme Mendy (1991 apud TEIXEIRA, 2008), como uma estratégia que o Partido-Estado encontrou na época para impor a sua ideologia e construir o consenso a partir do medo e da propaganda na sociedade guineense.

Após onze anos de luta de libertação nacional, a Guiné-Bissau conquistou a sua independência no dia 24 de setembro de 1973, que foi reconhecida por Portugal no dia 10 de setembro de 1974. A partir daí, o país adotou o sistema do partido único sob a égide do PAIGC como a única formação política para governar o Estado guineense. Convém ressaltar também que, durante este período, houve vários assassinatos entre os próprios líderes do partido, e a história do

³ O sistema multipartidarismo é caracterizado pela presença de três ou mais partidos políticos no contexto de disputa pelo poder num determinado sistema estatal ou eleitoral de cada país (BONAVIDES, 2010).

país também tem sido marcada pela violência como método para dirimir os conflitos no seio do partido, frisou Gomes (2012).

Por ser relevante a análise deste debate sobre o regime do partido único, também importa referir que se faz necessário abordar sobre este conceito baseado no pensamento dos autores que já se debruçaram a respeito deste assunto. Na análise teórica de vários autores, como Veiga (2004 apud Santos, 2005, p.13), o regime do partido único se caracteriza como um sistema do “Partido-Estado, monolítico, autoritário e totalitário”, em que não se aquiescia outras formações partidárias, em que não existia a liberdade de expressão, de imprensa, de associação, de reunião e de quaisquer manifestações contra o regime instalado. Por sua vez, Braga da Cruz (1988 apud Santos, 2005) salienta que nos regimes de partido único, o partido constitui no Estado em si, no qual os órgãos do partido se transformam em órgãos do Estado, e o símbolo do partido passa a ser do Estado em todos os locais públicos ou, nas palavras de Maurice Duverger (1970 apud Bonavides, 2010), o partido único é o “sustentáculo” da ditadura, neste sentido, o partido confunde-se com o poder e a sua doutrina torna-se a ideia do direito oficial do país.

O período a seguir da independência nos países africanos foi marcado pela ascensão do partido único e, nessa conjuntura, havia confusão entre partido e o próprio Estado. A entidade estatal passou a configurar-se como um instrumento adotado ao serviço do partido único. No caso guineense, este ciclo provocou o surgimento de uma nova conjuntura política do “novo-estado”, no qual o Francisco Mendes (Tchico Té), guineense, assumiu o cargo do Primeiro-Ministro, tendo Luís Cabral (meio-irmão do Amílcar Lopes Cabral) como primeiro Presidente da República assegurado pelo próprio partido PAICG, portanto, o primeiro governo do país herdou condições deploráveis dos recursos naturais e humanos provocadas pela luta de libertação (AUGEL, 2007; CANDÉ MONTEIRO, 2013; CARVALHO, 2010; KOUAWO, 2001; TEIXEIRA, 2015).

De acordo com os autores supracitados, a gestão do ex-presidente Luís Cabral foi marcada pela instabilidade política e assassinatos misteriosos de alguns líderes guineenses, como Tchico Té⁴. Segundo Mendes (2010), a sua morte nebulosa pode estar relacionada aos fatores que

⁴ Francisco Mendes [Tchico Té] foi Primeiro-ministro do primeiro governo independente entre 1974 a 1978. Pertencia à ala nacionalista guineense, que exigia o cumprimento do pacto da unidade e luta entre a Guiné-Bissau e Cabo-Verde. O objetivo do pacto era que, no fim da luta armada, os guineenses ficassem para governar Guiné-Bissau, e os cabo-verdianos iam para Cabo-Verde para governarem o seu país. No entanto, muitos cabo-verdianos ficaram e dominaram o aparelho do Estado guineense, e Francisco Mendes era um dos que estavam a manter pressão para o cumprimento da promessa do pacto da unidade e luta (SILVA, 2010). Na sua deslocação a Bafatá (leste do país) no dia 7 de julho 1978, acabou por ser encontrado morto, tendo como justificação dada um alegado acidente de viação, o que para muitos/as foi um plano armado para a consumação do ato e quem estava atento à situação poderia já prever o que ia

condicionaram o golpe de 14 de novembro de 1980 chamado de “*movimento reajustador*”⁵, ou voz do povo, com a justificativa de salvaguardar a unidade nacional e os ideais revolucionários, liderado pelo então Primeiro-Ministro João Bernardo Viera (Nino)⁶, que havia liderado a luta contra os portugueses no Sul do país e é considerado como guerrilheiro lendário herói e carismático para alguns guineenses (MENDES, 2010; grifo nosso).

Para Carvalho (2010), o golpe de 1980 modificou todos os alicerces da atuação das forças armadas do país. Este fato levou os altos dirigentes das forças armadas a se enraizarem no poder e, mais tarde, vieram a assumir os altos cargos da magistratura no país.

Na mesma ordem de ideia, Fernandes (2007) informa que o golpe mencionado era previsto para o dia 16 do mesmo mês, embora a operação militar tomou o conhecimento que havia fuga de informação sobre o plano. Neste sentido, com antecedência, o Antônio Buscardine foi avisado que o Nino estava preparando o golpe do Estado, no entanto, essa informação, antecipadamente, conduziu o golpe para a data de 14 de novembro de 1980, que resultou na morte de dois membros, António Buscardine e Otto Schacht⁷. Entretanto, para o autor, o “Movimento Reajustador”, de 14 de novembro de 1980, soube explorar, em benefício próprio, a velha e profunda clivagem entre as elites negras e mestiças de Guiné.

acontecer com o Primeiro-Ministro. O seu nebulado ou o seu enigmático desaparecimento deixou pistas de suspeitas relativamente às pressões que estava a exercer sobre a liderança cabo-verdiana na Guiné-Bissau. Com a sua morte, Nino Vieira passou a ser o Primeiro-ministro e ficou num estado de alerta até a aprovação da Constituição da República da Guiné-Bissau, a 10 de novembro de 1980 (MENDES, 2010).

⁵Para Cande Monteiro (2013, p. 225, apud Moita *et al.*, 1980, p. 07), demonstra que o uso da expressão movimento reajustador e, não golpe de Estado, foi devido ao fato de que “não se tratou obviamente de um mero golpe de palácio”, mas sim um “reajustamento” tendo como prioridade combater as injustiças, a resolução da crise econômica e a satisfação das necessidades do povo”.

⁶ Para Fernandes (2007), na altura, Nino era como Comissário Principal e Presidente do Conselho Nacional da Guiné-Bissau do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Ele nasceu em Bissau no ano de 1939. Foi ajudante de eletricitista. Aderiu ao PAIGC em Conacri em 1960. Foi um dos dez militantes enviados, em janeiro de 1961, para Academia Militar de Nanquim. Comandante da Região Sul, membro do Conselho de Guerra e do Secretário Permanente de CEL do PAIGC, presidente de ANP (1973-1980), comissário de Estado das Forças Armadas (1973-1978) e Comissário principal (1978-1980). Comandante de Brigada (1980, presidente do CR (1973-1980) e Secretário-Geral do PAIGC (1981). Presidente do CE (1984-1994), eleito PR (1994), deposto em 1999. Exílio em Portugal (1999-2005), reeleito PR (2005) e assassinado em 2 de março de 2009 (SILVA, 2010).

⁷ Antônio Buscardine, na altura, era Membro do Conselho Superior da Luta e Secretário Geral do Ministério de Interior e Otto Schacht Membro de Comité Executivo da Luta e Secretário do Conselho Nacional da Guiné do PAIGC. Na sequência de golpe, muitas pessoas foram presas. O golpe destituiu o primeiro presidente “constitucional”, Luís Cabral, indicado pelo PAIGC que assumiu o cargo desde 1973 até ao golpe de 1980, quando foi deposto por um golpe militar (FERNANDES, 2007).

De acordo com alguns autores consultados, as razões do golpe estão relacionadas ao ressentimento face aos cabo-verdianos com a história e o modelo de dominação colonial, porque estes colaboraram com o poder colonial e foram intermediários entre os autóctones e autoridade colonial na gestão da administração e na supervisão do trabalho forçado no país (SANGREMAN *et al.*, 2006). Também os antigos combatentes sentiam uma profunda iniquidade no que concerne à distribuição de patentes que promoviam os jovens cabo-verdianos, vindos de Portugal e Cabo Verde, no aparelho de Estado sem nenhuma legitimidade militar para comandar os verdadeiros combatentes de liberdade de pátria⁸ (GOMES, 2012).

Um outro fator que está na base da explosão do Movimento Reajustador trata-se da insatisfação dos guineenses no que concerne à nova constituição elaborada e aprovada em 10 de novembro de 1980 pela Assembleia Nacional Popular (ANP), com admissão da pena de morte na Guiné-Bissau e não em Cabo Verde, como também “a personalização do poder e na negação ao povo guineense da sua Identidade Nacional” (JAURÁ, 2006, p.128). A constituição cabo-verdiana especificava que o presidente devia ser cabo-verdiano, enquanto a constituição guineense não especificava nacionalidade, o que significa que um cabo-verdiano poderia ser presidente de Guiné-Bissau. A constituição cabo-verdiana abolia a pena de morte, enquanto a guineense conservava a pena (FERNANDES, 2007). Na Guiné-Bissau, se aplicava a pena de morte aos antigos comandos africanos, uma perseguição da população que replicava contra o regime cabralista, isto é, a formação de um Estado binacional, o que causava clima de pavor na sociedade bissau-guineense. Essas diferenças levantaram suspeitas na ala guineense sobre as intenções de Luís Cabral de institucionalizar a preponderância dos cabo-verdianos sobre os guineenses e de usar medidas coercitivas para mantê-la (CANDÉ MONTEIRO, 2013).

Para a cientista social bissau-guineense Candé Monteiro (2013), as razões que justificam o 14 de novembro são passíveis de muitas interpretações pela ala guineense do PAIGC e, assim como, pela ala cabo-verdiana do mesmo partido. Tais situações fizeram com que os guineenses sentissem que, estando os cabo-verdianos no comando do país, seria vexame e seria mais honroso e agradável, se o presidente eleito fosse *di tchon*⁹. Para evitar tal conflito pós-independência, o

⁸ O combatente da liberdade da Pátria é o militante que, nos quadros do PAIGC, participou da luta de Libertação entre 19 de setembro de 1956 e 24 de setembro de 1973 e, tendo se integrado nas fileiras do Partido e nas frentes de combate, tornou-se exemplar em ser digno desse título (CONSTITUIÇÃO DA GUINÉ-BISSAU 1996).

⁹ *Di tchon* significa em português os autóctones ou o filho da terra. Neste caso, o presidente da Guiné-Bissau deveria ser guineense e não Cabo-verdiano.

presidente da República deveria ser Tchico Té, Vitor Saúde Maria e/ou João Bernardo Vieira (Nino).

Para Fernandes (2007), depois da ruptura do estado binacional resultante do golpe de 80, o partido realizou o seu primeiro congresso entre os dias 8 a 14 de novembro em 1981, elegendo os seus representantes como elucida o autor:

O Congresso elegeu João Bernardo Vieira para o Cargo de Secretário-geral do PAIGC e, por unanimidade, elegeu um Bureau Político formado pelos seguintes membros por ordem de precedência: Nino Vieira, Victor Saúde Maria, Iafai Câmara, Paulo Correia, Manuel Saturnino, Buote Nash Bacha, João da Silva, Samba Lamine Mané, Vasco Cabral, Carlos Correia, Tiago Aleluia Lopes, Carmem Pereira e, como suplentes, N' Bghat, Fidelis Cabral, Joseph Turpin e Manuel dos Santos.¹⁰

Durante este congresso, o partido decidiu manter a sigla (PAIGC) com a reestruturação, de modo que ele tivesse um caráter nacional, e aprovou o programa e estatutos do partido durante o congresso. O congresso aprovou ainda três moções, estando contida na última a condenação de Aristides Pereira, a condenação e a expulsão de Luís Cabral do PAIGC, e a sua responsabilização pelos crimes cometidos ao longo da sua governação, e a retirada do estatuto de combatentes da pátria aos membros do partido que ficaram em Cabo Verde na altura do golpe de 1980 (FERNANDES, 2007).

Após o golpe de 80, ANP foi dissolvido e formou-se o Conselho da Revolução¹¹, liderado por João Bernardo Vieira “Nino”, que só terminou em maio de 1984, quando foi aprovada a nova constituição. Em seguida, formou-se o novo governo encabeçado pelo general Nino para dirigir a nação guineense, tendo como primeiro-ministro Victor Saúde Maria, que foi demitido em 1984 sob delações de práticas políticas que põem em causa a consolidação dos princípios da revolução e o expurgo do partido a uma grande parte dos dirigentes cabo-verdianos. Em resposta, a ala cabo-verdiana do PAIGC declarou a ruptura e cisão do partido. Em seguida, foi constituído o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) em Cabo Verde (CARVALHO, 2010; FERNANDES, 2007; JAUARÁ, 2006; SANGREMAN *et al.*, 2006 e TEIXEIRA, 2015).

¹⁰ *Ibid.*, p. 116.

¹¹ Para Fernandes (2007), o conselho conta com os seguintes elementos: Presidente, Comandante João Bernardo Vieira, Vice-Presidente, Victor Saúde Maria, Comandante Iafai Camará, Comandante Buota Nambatcha, Comandante João Silva, Samba Lamine Mané, Comandante Benghate Na Beate. Principais colaboradores do Conselho de Revolução: Joseph Turpin, Victor Freire Monteiro, Mário Cabral, João Cruz Pinto.

Em consequência, o golpe de 80 interrompeu a união entre a Guiné-Bissau e Cabo-verde e provocou corte de relações entre os dois Estados que lutaram pela mesma causa interrompendo o processo de levar adiante o sonho de Amílcar Cabral de unificar os dois países. Então, a partir daí começou um regime ditatorial liderado pelo Nino. Após 14 de novembro de 1980, o PAIGC perde cada vez mais o estatuto de um partido que representa a coletividade dando o lugar a afirmação de um poder pessoal situação que Raúl Mendes Fernandes chama de *bonapartismo presidencial*. Com a revisão constitucional decretada em 1983 e a extinção do cargo de Primeiro-Ministro e a acumulação das funções de chefia do governo, da presidência da República, do conselho de Estado e do comandante em chefe das forças armadas, assistimos a uma concentração de poderes que deixou, no entanto, de ser o privilégio de um grupo de pessoas para ser benesse do presidente da República (CARDOSO, 1995; CARVALHO, 2010; KOUDAWO, 2001). Deste jeito, durante este período houve um comportamento autoritário por parte do PAIGC caracterizado por uma obediência total ou cega à autoridade do Partido-Estado, a liberdade individual era inquestionável e havia repressões contra os opositores, sendo um período caracterizado por alguns autores como o período do “autoritarismo” do PAIGC.

6.1.1 O advento da democratização na Guiné-Bissau nos anos 90

Alguns acontecimentos políticos e econômicos marcaram os anos de 1980 no mundo, de forma geral, e a Guiné-Bissau não foge à regra. Para Cardoso (1995), com a queda do muro de Berlim, o Ocidente passou a congrega os maiores doadores da “ajuda pública ao desenvolvimento” e que tem provocado os efeitos em todo o mundo comunista, sobretudo nos países “pobres”. A Guiné-Bissau, como um país emergente na altura, passou sentindo tais efeitos e, diante desta situação, o país foi impingido a uma ideologia liberal com políticas de liberalização econômica, de introdução do mercado livre e da abertura política como um modelo “ideal” a ser seguido e como a panaceia para a resolução de todos os problemas. Para tal, Ampagatubo (2008 apud M’Bundé 2017, p. 49) acentua que:

A perda do aliado ideológico e militar extremo da União Soviética em referência, com conseqüente falta de alternativas em termo de alianças políticas no contexto internacional, constitui o principal fator que obrigou os agentes políticos ligados ao PAIGC a aceitarem se pronunciar a favor do processo de transição do monopartidarismo para o multipartidarismo, assim como, na adoção da economia do mercado em Guiné-Bissau.

Numa mesma linha de reflexão, Koudawo (2001), realça que as permutas ocorridas no cenário internacional nos finais dos anos 80 tiveram grandes impactos sobre a transição democrática no país. Elas são grandes catalisadores da evolução de Guiné-Bissau para a aderir ao pluralismo político, uma vez que o país, após a independência, dependia e continua dependendo muito da ajuda externa para a resolução dos problemas internos e externos, e os dirigentes neste período foram vulneráveis aos condicionalismos democráticos impostos através das agências financeiras nos anos 90.

Dentre os fatores internos anunciados por alguns autores, podemos destacar o afamado 17 de outubro de 1985 de uma alegada tentativa de golpe de Estado que culminou com a detenção de mais de 70 pessoas, acusadas de conspiração contra o Estado, e todas elas foram réus de tentar promover o golpe de Estado com o propósito de destituir o presidente Nino, entre elas, Coronel Paulo Correia¹² (oficial militar), Viriato Pã¹³ (jurista), Binhanquerem Na Tchanda (chefe da casa Civil Presidencial), comandante Braima Bangura, comandante Pedro Ramos, M'Bana Sambú, Baptista Tagme Na Waie, Wagner Na Fanda, Pass Kull, major Saié Braia Nhakpa, coronel Laina Cissé, tenente-coronel Malam Sane, etc., mas os seis últimos foram absolvidos pelo Conselho de Estado. Na sequência das arguições, em 5 de julho de 1986, iniciou-se o processo de julgamento na base aérea de Bissalanca, apesar de todos os acusados terem recusado as delações, afirmando que haviam confessado sob pressão de torturas. A 13 do mesmo mês, os juizes do tribunal militar, dirigido por Humberto Gomes, concluíram o processo condenando seis dos primeiros nomes supracitados, todos militares, entre os quais, o Paulo Correia e Viriato Pã, que se juntaram a mais de 40 pessoas condenadas à pena de morte por fuzilamento, cujos corpos das vítimas nunca foram entregues às famílias e nem receberam tratamentos dignos dos médicos legistas¹⁴. Os restantes detidos foram condenados à pena de prisão e a trabalhos forçados, que variam de 1 a 51 anos, tendo seis (6) deles falecido na prisão, como Benghate Na Beate, Pass Kul, Agostinho Gomes, João Pereira, António Biacabi, Foré Na Bitna, com a versão de que os detidos morreram de causas

¹² O coronel Paulo Correia era, nesta altura, Ministro da Justiça e do Poder Local e ex-Vice-Presidente do Conselho de Estado (SANGREMAN *et al.*, 2006).

¹³ Viriato Pã era o primeiro vice-presidente, ministro da justiça e ex-procurador da República (BIJAGÓ, 2017).

¹⁴ Médicos legistas são responsáveis por fazer o exame do corpo das vítimas vivas ou mortas por uma prática que pode ser considerada como um crime à dignidade humana, para averiguar os fatores que levaram à morte. Neste momento, era necessário que estes profissionais de saúde avaliassem o que levou a morte dos detidos, o que não surtiu.

“naturais”. E João da Silva, baleado na prisão por guardas prisionais, que alegaram a fuga deste na prisão e isso não provocou grandes comoções do Nino, que se limitou a declarar que João da Silva era uma pessoa ambiciosa ou gananciosa (AUGEL e CARDOSO, 1995; CARVALHO, 2008; FERNANDES, 1993; HAVIK, 1995; NÓBREGA, 2003 e SANGREMAN *et al.*, 2006).

No entanto, logo que o mundo tomou o conhecimento deste ato, houve reações à tentativa de salvar a vida de Paulo Correia e dos demais colegas. Os pedidos vieram de diferentes representações diplomáticas do país, das organizações internacionais, inclusive, religiosa, como o pedido de clemência Papa João Paulo II, mas tais tentativas não impediram a execução dos condenados (BIJAGÓ, 2017). Depois, soube-se que, quando chegaram os pedidos de clemência, os réus já tinham sido chacinados e enterrados, esses atos foram a poucas horas depois do conselho de Estado. Uma outra explicação que está relacionada ao fato dos condenados que não foram poupados, sobretudo Paulo Correia e Viriato Pã, considerados como promotores de golpe, conta-se, segundo “Banobero”,¹⁵ que os condenados teriam sido brutalmente e psicologicamente seviciados, além dos outros sinais de agressões físicas provocadas pelas torturas e agressões. Após a condenação e agressões, os presos já não tinham condições físicas normais: “*quebraram a bacia do Paulo Correia e este rastejava, na 2ª Esquadra, deixando as fezes por aí, pois, não podia caminhar: Ao Viriato Pã ferroaram-lhe os olhos*” (BANOBERO, 2000. In: NOBREGA, 2003, p.248).

Perante esta situação colocamos a seguinte questão: Como é possível condenar as pessoas pela pena de morte por uma hipótese golpista? A justificativa do PR Nino no IVº Congresso do PAIGC sobre a situação de fuzilamento dos sentenciados afirmava que era para defender a coesão da sociedade guineense, as conquistas sociais, econômicas e políticas conseguidas à custa de muitos sacrifícios dos antigos combatentes do país, que deram as suas vidas na luta de libertação nacional e, por outro lado, o Presidente Nino acusava Paulo Correia de apoiar o movimento messiânico dos balantas chamado *ki-Yang-Yang*¹⁶ (FERNANDES, 1993; SEMEDO *et al.*, 2009).

¹⁵ Jornal privado na Guiné-Bissau; *Banobero* n° 92, Bissau, fevereiro de 2000.

¹⁶ O movimento messiânico dos balantes surgiu nos anos 80 e, hoje, este movimento desapareceu após uma forte repressão da autoridade Ki-Yang-Yang [na língua Balanta significa sombra]. Para Nino, são pessoas que não querem trabalhar e que se internam no mato, vestindo roupas extravagantes, com uma faca na mão e balançando a cabeça. Algumas pessoas que lutaram pela independência juntaram-se aos Ki-Yan-Yang, esquecendo dos seus trabalhos e obrigações. O aspecto negativo desse movimento era de amarrar, de açoitar e de matar pessoas consideradas feiticeiras. O fato que passou a constituir uma ameaça séria à prática religiosa dos Balanta, na medida em que este comportamento põe em causa os princípios tradicionais dos Balantas. Paulo Correia, seguido as suas ambições políticas durante uma visita ao Sul do país, favoreceu os trabalhos dos Yang-Yang e deu ordem para que retomassem as suas facas e os seus outros utensílios (CARDOSO, 1990; FERNANDES, 1993; NOBREGA, 2003).

Outro fator interno dentro do PAIGC deu-se na metade de 1991 na sequência da assinatura da *Carta dos 121*¹⁷, que culminou com a divisão do partido em três blocos: os conservadores, reformistas e liberais, para isso, Carlos Cardoso explicita o seguinte:

Este grupo dos "renovadores", "reformistas" ou "descontentes", que começara a desenhar-se ainda antes do IIº Congresso extraordinário de fevereiro de 1991, viu as suas esperanças de uma verdadeira mudança no seio do PAIGC frustradas aquando da realização desta reunião. Segundo alguns comentadores, o IIº Congresso teria sido marcado por uma luta entre três facções que coexistiam na organização: **conservadores, reformistas e liberais**. Estes últimos, apesar de favoráveis à abertura política e ao pluralismo, preferiam a criação de tendências dentro do PAIGC, num sistema de partido único, mas com uma prática mais democrática, argumentando de que não existia uma oposição digna desse nome e que o ideal era melhorar o que existia, trocando as principais figuras do quadro político guineense e renovando as estruturas e métodos de funcionamento. O seu esquema previa que este tipo de democracia interna permitia ao país desenvolver-se, mantendo a estabilidade atual. Só que para **os reformadores**, isto não chegava, por isso, propunham ir mais além, ou seja, haveria que ter a coragem de se abrir à disputa política com outras formações políticas e aceitar a alternância no poder. Consideravam que somente uma democracia de tipo ocidental, mantendo, contudo, determinadas conquistas do tempo da luta pela independência, era suscetível de fazer avançar o país. Ao seu lado, militava toda a classe de jovens tecnocratas e a novíssima classe empresarial e comercial – sobretudo esta – que quer participar na condução dos destinos do país. Num campo totalmente oposto, situavam-se os **conservadores**, que não desejavam ceder um milímetro que seja do poder de que dispunham, argumentando com a legitimidade conquistada na luta de libertação nacional, e agitavam como perigo o fantasma do abandono dos antigos combatentes da liberdade da pátria num quadro político diferente (CARDOSO, 1995, p.269-270, grifo nosso).

A situação não foi bem acolhida pelos conservadores do partido que defendia a centralização do poder, tendo como grandes defensores o João Bernardo Vieira (Nino) e os demais colegas de luta de libertação nacional. Essa situação interna provocou o expurgo de alguns jovens quadros pertencentes à nova geração, os quais decidiram formar novos partidos políticos dando o espaço para o multipartidarismo na democracia guineense, salientou Gomes (2012).

As clivagens internas no PAIGC eram mais acentuadas, neste caso, o consenso ou as negociações entre as forças conservadoras, reformistas e liberais no partido seria fundamental para conciliar as opiniões. Neste sentido, as negociações dentro do partido poderiam ter sido um fator importante para a consolidação de democracia “forte” que se queria e que facilitasse a transição de

¹⁷ Segundo Koudawo (2001) e Agel e Cardoso (1996), o documento conhecido como a carta, 121 é uma petição assinada por 121 militantes e intelectuais do PAIGC com o intuito de exigir a renovação interna do partido, que lhe davam o direito de formar partidos de oposição para concorrer às eleições presidenciais e legislativas e exigiam que o PAIGC aceitasse a alternância no poder como uma forma de permitir o funcionamento do multipartidarismo e das leis democráticas.

uma forma pacífica. Este processo pleiteia uma negociação e uma liderança forte e capaz de atuar em nome da coletividade para o bem de todos/as.

Em linhas gerais, os fatores acima descritos foram apontados como os acontecimentos que alicerçaram as pressões externas e internas aos dirigentes do partido PAIGC, que não estavam de acordo com a mudança do sistema do partido único. Como um país que precisava da ajuda externa para a materialização das suas políticas, era imprescindível que Guiné-Bissau adotasse a política de liberação política e econômica como uma condição para continuar a receber as ajudas externas.

6.1.2 O processo de transição democrática nos anos 90

No presente tópico, faremos algumas questões ligadas ao processo de transição democrática na Guiné-Bissau. De acordo com alguns teóricos, o marco incipiente foi no ano 1991, embora reconheçam que este processo foi o resultado de muitos outros acontecimentos, *a priori*, que vêm acontecendo no país. Portanto, o nosso intuito neste tópico não é descrever todas as transições democráticas que ocorreram no país, mas sim debruçar sobre dois marcos importantes da abertura democrática nos anos 90 que foram: a queda de IV artigo da constituição de 1984 e aprovação de lei dos partidos em 1991, que deu o início a legalização de outros partidos políticos.

O fim dos 1990 e o início dos 1991 constitui o período chamado de *antecâmara* da abertura política e, ao mesmo tempo, para uma renovação do PAIGC e debates internos sobre a necessidade da abertura política, embora sendo o período embrionário rumo à liberalização. Em 5 de maio de 1991, foi abolido o IVº e VIº artigo da constituição de 1984 que dava o PAIGC o estatuto "a força política dirigente da sociedade e do Estado" e a "expressão suprema da vontade soberano do povo" (MENDY, 1996, p. 29) e abriu-se o período legal do multipartidarismo no país, chamado de *pequena abertura* (KOUDAWO, 2001, p.136, grifo do autor), marcada pela lenta evolução, sujeita a pressões tanto internas quanto externas, que se inscreveram num contexto de alta tensão. Apesar das suas hesitações e ambiguidades, o PAIGC adotou-se progressivamente à nova conjuntura política exigida pelos financiadores (FERNANDES, 1993; JAUARÁ, 2006).

Entretanto, para Semedo *et al.* (2009), o fim da hegemonia política do PAIGC como a única força dirigente da sociedade bissau-guineense ficou determinado pela lei-constitucional nº 1/91 de 29 de maio, que permitiu a revisão constitucional de 1984. Após esse ato, foram criadas as

leis revogando aquelas que não eram incompatíveis com a cultura democrática. Entre elas, o autor destaca as seguintes:

A lei n 2/91, de 9 de maio, que regulamentou o surgimento dos partidos políticos; a lei n 4/91, de 3 de outubro, sobre a liberdade de imprensa; a lei n 6/91, de 3 de outubro, sobre a criação do conselho nacional de comunicação social; a lei n 7/91, de 3 de outubro, sobre o direito de antena e réplica política; a lei n 8/91, de 3 de outubro, sobre a liberdade sindical e a n 9/91 sobre o direito à greve e; a lei n 3/92, de 6 de abril, sobre o direito de reunião e de manifestação [...] a despartidarização das FARP e extinção de polícia política e a adoção de princípios consignados na declaração universal dos direitos do Homem (SEMEDO *et al.*, 2009, p. 91-92).

Tais transformações permitiram a legalização do primeiro partido de oposição, a Frente Democrática (FD), em dezembro de 1991. Em agosto de 1992, foi criada a Comissão Multipartidária da Transição (CMT) com a função de consertar o poder da oposição e do PAIGC sobre as condições que garantem a funcionalidade do pluralismo, após o período em que o partido se mostrava pouco disposto para fazer uma abertura completa com regras de jogo claras e simples. A criação da CMT marcou a segunda fase denominada de *grande abertura*, confirmada pela Comissão Nacional de Eleições (CNE) em janeiro de 1993, que garante a participação da oposição na vida política criando, assim, as bases para as primeiras eleições pluralistas de 1994 (KOUAWO, 2001, grifo do autor).

O processo eleitoral foi adiado várias vezes e só terminou em fevereiro de 1994 com o julgamento e indulto de João da Costa, do Partido para a Renovação Democrática (PRD), antigo ministro de Luís Cabral, e era grande opositor de Nino desde golpe de 1980, Tagme Na Waie, oficial das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) do partido da Resistência de Guiné-Bissau-Movimento Ba-fatá (RGB-MB) pelo Tribunal Militar Superior e entre outros colegas. Em junho e agosto de 1994, tiveram as primeiras eleições pluralistas, isto é, é inaugurada *abertura das urnas*. Este período foi marcado pela afirmação da CNE, pelas imprecisões sobre o financiamento das eleições, pelo papel da comunidade internacional, pelas fragmentações das oposições e pelas surpresas das eleições, que terminou com a vitória do partido único, tanto nas eleições presidenciais e, assim como, nas legislativas, o que descartou a possibilidade da alternância do poder no país (KOUAWO, 2001, grifo do autor).

Na sua asserção, Bijagó (2017) coloca em evidência que, com as eleições legislativas e presidenciais de 1994, as expectativas da população guineense e da comunidade Internacional em relação ao governo eram que ocorresse a despersonalização das instituições da República, que

deveria pautar nos princípios democráticos e não o oposto. Porém, tais princípios não foram comprimidos e o partido governava o país, de forma autoritária com as ingerências no poder legislativo, judiciário e, sobretudo, a censura das informações, por conseguinte, descartou a possibilidade do país viver uma democracia consolidada e ainda com as outras arbitrariedades que ganharam certas roupagens, o que levou a fraca institucionalização de um Estado democrático.

Com essas situações, Ihonvbere (1997 apud TEIXEIRA, 2015) ressalta que a democracia tem poucas probabilidades de ter sucesso caso os representantes dos regimes autoritários continuassem no poder, e há uma grande probabilidade do processo democrático tornar-se uma forma de manutenção dos representantes do regime do partido único. Nisso percebemos as intolerâncias políticas entre os seus principais atores que fazem manobras para sabotar o processo democrático e manter os princípios antidemocráticos.

Na base disso, percebe-se que a transição democrática de Guiné-Bissau não foi construída a partir de um diálogo interno capaz de amaneirar o terreno para uma democracia “viável”, que vai estabelecer um consenso entre as oposições e o PAIGC. As mudanças do processo pareciam um pouco rápidas, uma mudança de regime que, para Carvalho (2010), foi no intervalo de 35 meses. Perante isso, indagamos: “Essa mudança rápida poderia fazer uma rotura com o sistema que vigorou após a independência a mais de 15 anos no poder?”

A abertura política de Guiné-Bissau marcou uma nova fase histórica do país com uma abertura política iniciada dentro do PAIGC de quem se manteve no poder como Partido-Estado e que deveria adequar as regras do jogo democrático. Por outro lado, o multipartidarismo ressuscitou as velhas manifestações tribais que durante o processo de luta de libertação nacional não ganharam força para dividir o povo, as distinções étnicas que foram vistas como riqueza cultural do país, hoje estão servindo de bases para atração de votos (CANDÉ MONTEIRO, 2013), isto porque os líderes políticos adotaram discursos étnicos e regionalistas para a obtenção dos votos, como demonstra Branco (2019, p. 11), “[...] votam em mim porque sou da região Norte e não votam nele porque é filho do Sul [...]”. Esta situação pode estar relacionada ao fracasso da consolidação da democracia guineense e que, hoje, alguns dirigentes políticos estão usando discursos religiosos e étnicos para atração de votos com o intuito de, conseqüentemente, serem eleitos. Complementando os fatores acima citados, durante o processo de transição, não houve um debate qualificado em termos de programas de governabilidade com agendas de desenvolvimento endógeno e inclusivo, então, “temos que reconhecer que uma das fraquezas deste processo de transição é a ausência de

debates e de discussões organizadas ou qualificadas sobre os seus diferentes aspectos” (CARDOSO, 1996 apud CANDÉ MONTEIRO 2013, p. 247). Estes fatores podem contribuir para o constrangimento e a deficiência da implementação do processo da democratização guineense.

Candé Monteiro (2013) salienta que a democratização no país fez emergir uma tendência viciosa de cunho étnico na qual existem pessoas que votam nos partidos ou nos candidatos, porque os partidos ou os candidatos pertencem as suas etnias, mas autora realça que, mesmo com tais tendências, os partidos não jogaram os grupos étnicos uns aos outros. Na visão de Rudebenk,

[...] Não se pode dizer, pelo menos ainda, que a vida política da Guiné-Bissau seja fortemente caracterizada por “tribalismo” ou etnicidade. Nenhum dos novos partidos políticos tenta, de uma maneira aberta, colocar grupos étnicos uns contra outros, ainda que seja evidente que o PRS de Koumba Yala tem um apoio claro do povo balanta (RUDEBENK 1997 apud CANDÉ MONTEIRO 2013, p. 246).

Candé Monteiro (2013) e Bijagó (2017) são unânimes nas suas assertivas em afirmar que a transição democrática na Guiné-Bissau é marco importante para o país em termos dos direitos fundamentais civis e políticos. O multipartidarismo trouxe a “liberdade de opinião”, a liberdade de criação dos outros partidos políticos e a alternância no poder, mas Candé Monteiro (2013) salienta que os direitos que são consagrados na constituição do país foram e ainda estão sendo violados constantemente desde que o país adotou o modelo democrático.

Por conseguinte, a abertura política guineense não só nasceu de uma vontade endógena de mudança no seio do partido PAIGC, mas, sobretudo, de um conjunto de fatores exógenos a este, sendo que o principal fator da mudança foi, sem equívoco, a pressão insuportável das agências internacionais (NÓBREGA, 2003). Fatores internos e externos fizeram com que o país abolisse algumas leis que não estavam de acordo com os princípios democráticos para atender as demandas do Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) e consequentemente a abertura política e econômica no país. Os dirigentes políticos não tinham possibilidade de contrariar as exigências de transformações políticas impostas pelas duas agências mundiais.

6.2 Proliferação dos partidos políticos na Guiné-Bissau

Neste debate apresenta-se as discussões ligadas à gênese dos primeiros movimentos-partidos para a luta pela independência e a proliferação dos partidos políticos pós-independência, contudo, não será aprofundado sobre os movimentos contestatórios no país. Neste trabalho, não se pretende abordar de forma vasta as teorias sobre os partidos políticos. Portanto, procura-se trazer algumas discussões ligadas aos partidos políticos na África, nomeadamente, na Guiné-Bissau buscando depreender as condições que permitiram os seus surgimentos.

Existem várias teorias expressivas das definições de partido político que são as de Jellinek (1914), Weber (2015), Bobbio (2015), Hasbach (1912) e entre outros teóricos. Os partidos políticos podem ser definidos, em suas essências, como grupos de indivíduos unidos por convicções comuns, dirigidas a determinados fins estatais, que buscam realizar os seus fins (JELLINEK, 1914 apud BONAVIDES, 2000). Das mais completas definições dos partidos políticos, refere-se a “uma reunião de pessoas, com as mesmas convicções e os mesmos propósitos políticos, e que intentam apoderar-se do poder estatal para fins de atendimento de suas reivindicações” (HASBACH, 1912, apud BONAVIDES, 2000, p. 450). Nas palavras de Bonavides (2000), o partido político pode ser entendido como uma organização de pessoas que se inspiram em ideias ou são movidas de meios legais, e naquele se conservam para a realidade dos fins propugnados. Noutros termos, pode ser entendido como uma associação (in) voluntária de pessoas com o intuito de galgar o poder político mediante os meios constitucionais. Com isto, torna-se importante introduzir a origem dos partidos políticos na África e, especificamente, na Guiné-Bissau.

Para Dimitri Lavroff (1970 apud CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 59), “os partidos políticos na África Negra foram, na sua generalidade, e, antes de tudo, movimentos emancipalistas que lutaram pela libertação dos seus países”. Os primeiros movimentos-partidos na África nasceram com o intuito de reivindicar a soberania e os direitos fundamentais humanos, como a liberdade, a igualdade e autonomia dos povos subjugados pela invasão colonial. O Estado colonial contribuiu significativamente para a gênese dos partidos políticos africanos e na definição do seu perfil enquanto partidos (movimentos) nacionalistas e anticoloniais em busca da liberdade, da autonomia política, econômica e cultural. Ainda o autor frisa que foi o Estado colonial que

introduziu a ideia do nacionalismo¹⁸ na África, forçando, assim, os africanos a criarem os partidos para a contestação da independência com a ideia da construção de uma nação¹⁹ (SILVEIRA, 2004).

Adentrando na Guiné-Bissau, a década de 1950 foi um marco importante no que diz respeito à expansão ou à proliferação dos movimentos associativos com carácter partidário, outros com o enfoque na unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde e outros que defendiam Guiné-Bissau para os guineenses, sendo entre eles:

o Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGC); a União de Povos da Guiné (UPG), fundada pelo cabo-verdiano Henri Labery, que, apesar da designação, reunia alguns bissau-guineenses residentes em Kolda; a Reunião Democrática Africana da Guiné (RDAG), constituída pela colônia mandinga do Senegal; a da Guiné União dos Naturais Portuguesa (UNGP); a União da População Libertada da Guiné (UPLG), que agrupava a minoria de etnia fula do Senegal; o Movimento de Libertação da Guiné (MLG) fundado em 1958 por Alfa Camara, César Fernandes, José de Barros e Rafael Barbosa, que agregava a maioria da etnia manjaca da Guiné-Bissau; o Movimento 118 para a Independência da Guiné (MING), fundado em 1954 por José Francisco e Luís António da Silva “Tchalobé”; o Partido Africano para Independência (PAI), que mais tarde daria origem ao PAIGC em 1960, fundado em 1956, já por iniciativa de Amílcar Cabral, e os seus compatriotas cabo-verdianos e bissau-guineenses (Luís Cabral, Aristides Pereira, Elisée Turpin, Abílio Duarte, Júlio de Almeida e Fernando Fortes), a Frente de Libertação Nacional da Guiné (FLING), fundada em 1962 e dirigida por Labery, Benjamim Pinto Bull e François Kankola [...], o movimento foi resultado da unidade partidária entre o UPG, o RDAG e a UPLG. (CABRAL, 1984; PEREIRA, 2003 apud CANDÉ MONTEIRO 2013, p. 117-118 e GARCIA, 2000, p. 51).

Segundo Candé Monteiro (2013) e Garcia (2000), dos movimentos acima referidos, apenas o MLG, PAIGC e FLING permaneceram na disputa pela liderança da mobilização para a independência nos anos 50 e frisam que o MLG, liderado pelo Rafael Barbosa, exerceu um importantíssimo papel na consolidação do PAIGC. No que concerne a estorvos da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), autores ressaltam que, na tentativa de exprimir as suas intenções políticas, Amílcar Cabral formou o clube desportivo em 1953, reservado para os autóctones da Província como forma de sensibilizá-los para as excessivas opressões e injustiças impostas pelo colonialismo. Isso foi uma estratégia da formação do partido como forma de não despertar a atenção da autoridade colonial, sem, contudo, associar Amílcar Cabral como o

¹⁸ O nacionalismo significa um princípio que sustenta que a unidade política e nacional deve ser harmônica (HOBSBAWM, 2011). Portanto, percebemos que foi uma ideologia dos movimentos-partidos baseada na ideia de uma nação guineense com certas características comuns para afirmá-las e demonstrá-las politicamente de forma soberana.

¹⁹ Para Hobsbawm (2011), a nação é um conjunto de habitantes de um país regido por um mesmo governo.

protagonista da sua formação. Existia um desacordo entre o PAIGC e outros movimentos-partidos no que concerne ao caráter ideológico e também estratégico, entretanto, Lopes (1982 apud Garcia, 2002) salienta que o líder do PAIGC conseguiu mobilizar a população através da consciencialização dos problemas políticos ligados às suas necessidades políticas e de interesses sociais dos bissau-guineenses, vindo os mesmos a desempenharem um papel importante na luta armada pela independência e a consolidação do Estado bissau-guineense.

Depois da edificação do Estado como independente, o PAIGC adotou a postura do regime do partido único, passando por certas atrocidades cometidas pelo partido que foi discutido na nossa primeira sessão da fundamentação teórica. Assim sendo, tornar-se-ia importante introduzir as análises ligadas à gênese dos partidos políticos como o resultado da abertura política no país.

Para Cardoso (1995), a gênese do nascimento dos partidos de oposição foi antes do ano de 1991, visto que as falhas que o PAIGC vinha cometendo ao longo da sua governação, como perseguição, assassinato dos chefes e ex-agentes da PIDE, foram as pedras principais ou alicerces que nortearam a formação dos outros partidos da oposição depois da queda do IV artigo da constituição da República de 1984. Esta violência dirigia-se contra milícias africanas do exército colonial e contra os chefes tradicionais. A agressão era tida como legítima e era encarregada pelo tribunal popular, e grande número dos chefes tradicionais querelados de crime contra a nação foram julgados e condenados à morte por este tribunal popular, como, por exemplo, a morte de chefe de manjaco Baticã, que foi julgado e fuzilado em pleno estádio de futebol de Canchungo perante uma assistência popular forçada pelo exército a presenciar a execução. A região de Bafatá foi onde houve um maior número de fuzilamento de régulos tais como Sambel Kaio, Bonko Sanhá e Sankun Kose, entre outros (FERNANDES, 1993).

Conforme salientou o sociólogo guineense Cardoso (2000), a abertura política declarada em 1991 permitiu a constituição e a legalização de vários partidos políticos na oposição, mas sem uma verdadeira democratização da sociedade e da vida política. Ainda no entender do sociólogo, os partidos recém-criados não estavam à altura de exercer atividades políticas sérias devido as suas fragilidades econômicas e estruturais que não lhes permitiriam ter uma base alargada a nível nacional, e alguns deles não tinham sedes próprias. Portanto, no fundo, eram grupos de indivíduos com certos interesses desprovidos e menos conveniente para liderar uma formação partidária com vista a mudar a situação social e política do país.

A proliferação dos partidos políticos na Guiné-Bissau é o resultado da abertura política declarada em 1991 que segundo Sangreman *et al.* (2006):

Entre 1992 e 1993, assistiu-se ao nascimento e proliferação de várias formações partidárias, tendo concorrido 13 partidos legalizados às eleições legislativas de 1994. Destes, apenas dois, a Frente de Libertação Nacional da Guiné (FLING)²⁰ e a Resistência da Guiné – Movimento Bafatá (RGB-MB),²¹ não eram resultado de cisões ou dissidência do PAIGC ou criados por antigos militantes ou dirigentes (SANGREMAN *et al.*, 2006, p. 15).

Abertura política na Guiné-Bissau permitiu a legalização de vários partidos políticos entre as quais: Frente Democrática (FD) fundado em 1991, Resistência da Guiné-Bissau – Movimento Bafatá (RGB-MB) fundada em 1986 em Lisboa; Frente Democrática Social (FDS) fundado em 1991, Partido Social Democrático (PSD) formado em 1995, Partido da Democracia e Progresso (PDP), Partido da Convergência Democrática (PCD), Partido Unido Social Democrático (PUSD) fundado em 1991, Partido da Renovação Social (PRS) fundado em 1992, Movimento para a Unidade e a Democracia (MUDe), Aliança Democrática (AD), Partido de Renovação e Desenvolvimento (PRD), Partido da Nova Democracia (PND), União para a Mudança (UM), União Nacional para Democracia e Progresso (UNDP), Fórum Cívico Guineense Social Democracia (FCG-SD) fundado em 1991 em Brasília liderado por uma mulher, advogada, Antonieta Rosa Gomes; Frente de Luta pela Independência Nacional (FLING); Liga Guineense de Proteção Ecológica (LIPE); Partido da Renovação e Progresso (PRP) fundado em 1997; Partido Democrático Socialista (PDS); Aliança Socialista Guineense (ASG); Partido Popular Guineense (PPG); Partido Socialista de Guiné-Bissau (PS-GB); Partido Democrático Socialista da Salvação Guineense (PDSSG); Partido da União Nacional (PUN); Partido de Solidariedade e do Trabalho (PST); Manifesto do Povo (Manifesto); Movimento Democrático Guineense (MDG); Partido Democrático Guineense (PDG); Partido para o Progresso (PP); União Patriótico Guineense (UPG); Partido dos Trabalhadores da Guiné-Bissau- Nô DJunta Mom (PT); Partido de Reconciliação

²⁰ A FLING foi fundada em 1962, depois da reunião em Dakar, entre os líderes políticos das organizações UPG, RDAG e UPLG, que resultou na unificação destas organizações numa única frente para libertação. A FLING era composta por empregados e pequenos funcionários fugidos por repressão colonial na Guiné-Bissau, que se residiam em Senegal (CANDÉ MONTEIRO, 2013; RUDEBECK, 2001).

²¹ A Resistência da Guiné-Bissau Movimento Bafatá (RGB-MB) foi fundado no dia 27 de julho de 1986 em Portugal, antes da abertura democrática na Guiné-Bissau e legalizado em 1991. Os fundadores eram ex-estudantes guineenses em Portugal, e a razão da sua fundação foi a insatisfação ou atrocidades cometidas pelo PAIGC (M'Bumdé, 2017; Mendy, 1996).

Nacional (PRN); Centro Democrático (CD); Partido Popular Democrático (PPD); Partido para Democracia Desenvolvimento e Cidadania (PADEC); Partido Republicano da Independência para Desenvolvimento (PRID); Partido para Desenvolvimento de Combate à Pobreza (PDCP); União Democrático Social (UDS); Congresso Nacional Africano (CNA); Partido Africano para Liberdade Organização e Progresso (PALOP); Partido Democrático para Desenvolvimento (PDD); Movimento Patriótico (MP); Partido para Justiça Reconciliação e Trabalho- Plataforma de Frente Democrática (PJRTPF); Partido Africano para o Desenvolvimento (PAD); Partido da Nova Força Nacional (NFN); Liderança para o Desenvolvimento Sustentável (LIDS); Aliança para a República (APR); Movimento Guineense para Desenvolvimento (MGD) (CANDE MONTEIRO, 2013; CARDOSO, 1995; HAVICK, 1995; M'BUNDE, 2017; RUDEBECK, 2001), Liderança para o Desenvolvimento Sustentável (LIDS); Assembleia do Povo Unido- Partido Democrático de Guiné (APU-PDG); Frente Patriótica de Salvação Nacional (FREPASNA) fundado em 2018; Movimento de Alternância Democrática (MADEM-G15) fundado em 2018 e o Partido da Ciência e Cidadão (PCC) fundado em 2019²².

A formação de partidos de oposição, em 1991, pode ser caracterizada pela falta de maturidade política e ideológica e pela ausência de uma tradição política como o resultado da existência do regime do partido único, que impediu a população de se organizar politicamente num espaço que estivesse fora do controle do Estado. Este fato gerou outros problemas fazendo com que os líderes dos partidos, como é o caso de RGB-MB, PDP e PCD de oposição, pedissem o exílio político por causa das perseguições políticas (CARDOSO, 1995).

A oposição apresentou as fragmentações como uma das suas características durante o processo de transição democrática até nas vésperas das eleições pluralistas de 1994. Eles se viam mais como inimigos políticos do que uma organização política, cujos objetivos fundamentais eram destronar o PAIGC e instaurar a democracia representativa e pluralistas no país. No entanto, a oposição guineense recém-nascida não foi capaz de defender e apresentar um programa alternativo ao partido no poder, mas sim, deram as lutas entre si e muitas arrogâncias, as quais culminaram na formação de novos partidos políticos. Isso demonstrava a falta da maturidade política com vista a apresentar programas alternativos capazes de desafiar a ideologia do PAIGC no campo político e não o tendo como um partido a ser aniquilado politicamente (CARDOSO, 1995).

²² Neste debate encontramos algumas dificuldades em trazer as datas de fundação de alguns partidos políticos na Guiné-Bissau. Posteriormente depois da nossa pesquisa de campo acreditar-se-á que talvez consigamos trazer as datas de formação de outros partidos políticos.

Para ilustrar um bom exemplo do que acabou de ser dito, Cardoso aclara o seguinte:

[...] A melhor prova disso são as sucessivas dissidências verificadas na Frente Democrática Social (FDS) de Rafael Barbosa. Nem Aristides Meneses, nem Victor Saúde Maria, nem Koumba Yala, Aliu Barri e Djibril Baldé aceitaram a supremacia do ex-presidente do PAIGC. O primeiro criou a FD (Frente Democrática); o segundo ergueu o PUSD (Partido Unido Social-Democrata); o terceiro constituiu o PRS (Partido da Renovação Social). A oposição continuou assim durante muito tempo bastante dividida. O PCD que no início se vangloriava de ser um partido que se constituiu a volta de uma ideia, acabou por se dividir em duas alas. O Movimento Bafatá que se afirmava como o partido com um projeto nacional de mudança atravessou um período de crise profunda que ameaçou romper o Movimento em duas alas [...] (CARDOSO, 1995, p. 275).

As situações de divergências entre a oposição continuavam, sobretudo, entre os dois maiores partidos políticos da oposição, o PCD e RGB-MB, que se viram como adversários políticos do que partidos que estavam no mesmo lado. As negociações levadas a cabo para a formação de uma coligação à volta de um projeto e de um candidato entre as duas formações políticas não foi bem-sucedida e culminou com as arguições entre as duas formações políticas. As discordâncias estavam em torno dos lugares que já estavam previamente calculados e distribuídos à partida, o que não permitiu os acordos entre as oposições. Entretanto, cada um desses partidos pensava que podia governar sozinho e assegurar a vitória, o que revelava uma falta de experiência e de maturidade política dos dois partidos políticos (CARSODO, 1995 e NÓBREGA, 2003).

Nóbrega (2003) salienta que alguns dos partidos políticos guineenses carecem de dois elementos importantes: não têm programas nem ideologia e são, na sua maioria, como explicita numa entrevista a Francisco Fadul, realizada pelo autor, em Lisboa a 16 de julho de 2001, como propriedade restrita ou privada, ou seja, uma boa parte da oposição gravitava em torno de projetos de afirmação pessoal como ilustra o autor:

Todos os partidos de Guiné começam por ser partidos de um dono. Todos eles têm um patrão, que é aquele que coloca lá algum dinheiro para lá, para fazer funcionar a máquina, e que, por isso, se sente o dono. Se alguém não gosta da sua atuação, só tem é que abandonar o partido. As pessoas vão para um Partido em busca da mediação e para serem governantes, ou seja, para poderem ir para o Poder a qualquer momento. Isto funciona assim e ainda vai funcionar por muitos anos assim enquanto a própria sociedade civil não se democratizar (FADUL, 2001 in: NÓBREGA, 2003, p. 267).

Um outro fator adicional foi apontada por Bijagó (2017) que, no seu entender, os partidos políticos são formados com poucas experiências governativas, incluindo os seus líderes, e também

foi e ainda é verificado no parlamento onde a maioria dos deputados eleitos apresentam níveis acadêmicos e experiências políticas “baixa”, o que refletem negativamente nas discussões e nos votos. Por outro lado, os deputados apresentam *déficit* de compreensão das suas verdadeiras funções, uma vez que estão desprovidos de conhecimentos técnicos para tal. Ainda se observa que há uma deficiência das estruturas e das regras dos partidos, neste caso, a luta pelo poder tornou-se *na kil ku to ta tchoma na kriol di matchundadi* [naquilo que chamamos em português de masculinidade] entre os líderes políticos. Com isso, o autor cita o PRS em que o seu fundador Koumba Yala possui o maior capital simbólico em relação ao próprio partido, o que demonstrava claramente a personificação do poder na figura do seu líder e não no partido.

Nesta perspectiva, o cenário de insegurança era muito elevado e de constantes guerrilhas no seio dos partidos políticos de oposição com cálculos de perdas e de ganhos, que resultaram nas constantes lutas pelo poder nos partidos e nos governos. Tal ocorrido tem gerado consequências negativas dentro dos partidos, como demonstra Bijagó (2017), o caso de RGB-MB no qual giravam as disputas para a ocupação do cargo diretivo durante o IIIº congresso do partido. Estas guerrilhas acabaram por dividir o partido e resultou em alguns cismáticos que decidiram formar novos partidos, como, por exemplo, PSD e, por sua vez, o PAIGC na qual havia duas alas: uma ala chamada de renovadores e outra *firkidja*²³, esta última queria a continuidade de Nino no partido, e a primeira queria uma renovação que talvez colocaria o Nino fora do partido ou do seu cargo.

De acordo com a lista de partidos políticos do Ministério da Justiça guineense (2019) a que tivemos acesso de 1991-2019, o país com menos de 2 milhões de habitantes tem no total 50 partidos políticos legalizados, em um território pequeno de 36.125km². Com isso indagamos: para quem serve a abertura política e/ou a proliferação dos partidos políticos? Trata-se de um outro olhar para entender os interesses umbrosos no que concerne ao problema em perquirição.

À visto disso, subscrevemos com a ideia de M’bumde (2017) e Sangreman *et al.*, (2006), em afirmar que a proliferação de partidos políticos no país poderia ser um elemento importante no que diz respeito à consolidação da democracia guineense e do bem-estar do país, mas “os partidos exercem essas funções para enriquecimento e não para trabalhar para a população” (BRANCO, 2018, p. 7). O bom dos partidos, ao longo desse período, poderia ser considerado como a busca de novas alternativas políticas que levaria a ampliação em termo da representatividade política e

²³ *Fikidja* pode ser percebido em crioulo como aquele que sustenta. Uma das interpretações possíveis é que os veteranos queriam demonstrar aos renovadores que estavam a favor da mudança política, que são eles é que sustentam o partido ou como aqueles que dão o partido a base para a sua continuidade no cenário político guineense (BIJAGÓ, 2017).

ideológica, mas eles não têm demonstrado tais possibilidades, tendo alguns com poucas institucionalizações e estratégias políticas que os diferenciem das outras formações políticas adversárias. O fato é que a constituição de várias formações políticas na Guiné-Bissau, desde 1991, foi caracterizada por conflitos de interesses pessoais, marcados por várias segmentações no seio dos partidos políticos e reforçando o argumento da lógica do conflito da história guineense.

6.2.1 Partidos políticos e as instabilidades políticas

A discussão que se segue investigará os elementos centrais associados aos fatores da interrupção da democracia guineense, não fazendo uma análise exaustiva sobre os partidos políticos. As interrupções da democracia guineense têm contribuído para alternância do poder da vontade expressa pelo povo nas urnas, por conseguinte, a fragilidade democrática no país. Para M'Bundé (2017, p. 51), pode-se definir a interrupção democrática como “uma sistemática condição de mudanças políticas que dão condição à existência de novas conformações de poder político e/ou partidário não sufragadas ou não resultantes da vontade popular expressa nas urnas”.

A situação política na Guiné-Bissau é o resultado de desentendimento entre a presidência, o governo e uma nova maioria parlamentar. M'Bundé (2017) afirma que estas situações de enredadas são costuradas pelos partidos com intuito de chegar ao poder através de novos governos. Com a repetição de tais mecanismos para chegar ao poder, cria-se ciclo vicioso de instabilidade política e institucional prejudicial à consolidação democrática no país. À visto disso, Branco (2018) assevera que nas eleições para a escolha dos representantes do povo, a população deveria se organizar em defesa dos interesses comuns, pois nos chama atenção que certos políticos agem de acordo com os seus interesses particulares sem, contudo, olhar para os interesses da nação.

Numa mesma linha de argumentação, Amaral (2013) nos recorda que os partidos políticos, além de agregarem interesses sociais, organizar e assegurar as competições eleitorais e o objetivo de conquistar o poder do Estado, têm uma missão imprescindível de fazer funcionar a legislatura e, conseqüentemente, a observação dos mandatos que são atribuídos ao governo pelo povo (AMARAL, 2013 apud M'BUNDÉ 2017). Eles também são responsáveis para fazer a tradução das demandas sociais em programas de governo, com expectativa de concretizá-los através dos poderes públicos. Os partidos não se limitam a relação entre a sociedade política e a sociedade civil, mas englobam uma estrutura da comunidade como um único sujeito politicamente atuante tendo em

conta a complexidade que existe dentro da sociedade (BONAVIDES, 2000). No cenário atual da política guineense, alguns partidos políticos apresentam os comportamentos antagônicos com aquilo que deveria ser o papel do partido político, desse modo, Sander (2008 apud BRANCO, 2018) demonstra que os partidos políticos, embora sejam importantes para a consolidação democrática, podem também apresentar uma função adversa sempre que a sua organização é utilizada por interesses sombrios por parte de certos grupos para a manutenção dos seus poderes ou quando se tornam empresas de interesses, como afirma (WEBER, 2015).

Ainda, segundo Weber (2015, p. 106-107), um bom político deve possuir três características fundamentais: “paixão, sentimento de responsabilidade e senso de proporção”, por isso, defende que “faz-se a política usando a cabeça e não as partes do corpo”, ou seja, a política se faz mobilizando através da paixão e não a força e da probabilidade de vitória. Quem não andar nesse caminho está se conectando a três pecados fatais da política: “não defender causa alguma; não ter sentido de responsabilidade e comporta-se de forma demagogo”. Este último refere-se a um comportamento interesseiro e ambicioso visando à obtenção de um bem pessoal, partidário ou político e não tomando ações concretas que visam levar ao processo e desenvolvimento do país com políticas públicas que atendam as demandas do país.

Além de defender a política como vocação e não como aventura, o autor defende-a como “um esforço tenaz e enérgico para atravessar grossas vigas de madeira. Um esforço desse tipo exige, a um tempo, paixão e senso de proporção.” (Ibid., p. 123).

A conjuntura política guineense tem sido vivenciada pelas sucessivas interrupções de legislatura com a deposição dos governos que faz cessações da vontade expresso pelo povo nas urnas. As exonerações dos governos são feitas de acordo com as prerrogativas da constituição que, de acordo com o ponto 2 do artigo 104 da constituição o Presidente da República (PR), pode “[...] demitir o Governo em caso de grave crise política que ponha em causa o normal funcionamento das instituições da República, ouvidos o Conselho de Estado e os partidos políticos representados na Assembleia Nacional Popular” (CONSTITUIÇÃO DA GUINÉ-BISSAU, 1996, p. 26).

Para M’Bundé (2017), além das prerrogativas constitucionais, o PR conta com auxílio de alguns partidos políticos para fazê-lo. Perante isso, colocamos a seguinte questão: “em que momento podemos afirmar que há uma grave crise política que ponha em causa o normal funcionamento das instituições do país?” Para nós, a resposta é muito heterogênea e apresenta as hermenêuticas ambíguas, visto que cada um tem uma leitura diferente daquilo que pode ser

considerada como uma grave crise política²⁴. Para uns, a incompatibilidade pessoal entre PR e o Primeiro-Ministro (PM) pode ser considerada como uma grave crise institucional, que levaria a exoneração do governo, enquanto que, para uns, isso não justifica a crise institucional.

Nesse pressuposto emaranhado, o funcionamento das instituições do Estado e dos tribunais poderia ser um elemento importante para extinguir os conflitos entre os órgãos das instituições do Estado guineense. Por outro lado, há uma confusão no que diz respeito à separação dos poderes entre o PR e PM, todavia, M'Bundé (2017) salienta que no sistema democrático que o país tem [semipresidencialismo], o PR e o governo, teoricamente, repartem os poderes executivos.

De acordo com as demandas sociais atuais, a constituição da República de Guiné-Bissau precisa ser revista para corresponder com a realidade política do país. Posto isto, Bijagó (2017) abona que, desde aderência formal ao sistema democrático em 1991, que culminou com as primeiras eleições multipartidárias de 1994 até última eleição em 2014, nenhum governo de Guiné-Bissau eleito democraticamente conseguiu cumprir cabalmente os 4 quatos do seu mandato.

Com as leituras dos teóricos, supõe-se que a pouca institucionalização dos sistemas partidários guineenses é o resultado que condicionou as fragilidades dos partidos políticos na Guiné-Bissau, como explana M'Bundé (2017, p. 52), que este fato:

[...] se deve aos seguintes fatores, que são diretamente relacionados ao sistema dos partidos: a falta de observação de incentivos financeiros partidários (o não regular financiamento público das agremiações político-partidárias) e a Constituição da República vigente (mais especificamente, a não muito bem resolvida questão de repartição do poder entre o Presidente e o Primeiro-Ministro). Destes dois elementos principais, produz-se um conjunto de fatores que tende a ter implicações diretas na relação de insuficiente institucionalização dos partidos e a cíclica interrupção do processo democrático na Guiné-Bissau.

Ancorando com a ideia do autor, percebemos que tanto o PAIGC, PRS e os demais partidos não escaparam de tais situações e apresentaram as clivagens internas tendo como a causa principal o cargo no governo. Com isso, M'Bundé (2017) afirma que o PAIGC é um exemplo de disputa de poder entre os seus membros pelas pastas do governo²⁵. Ainda para o autor, os partidos com menor representação parlamentar participam no mesmo jogo político no qual são chamados

²⁴ A questão da “grave crise institucional” deve merecer uma atenção das autoridades vocacionas (tribunais), fazendo com que esta questão da anfibologia na interpretação da “grave crise institucional” seja mais clara e não deixando as interpretações obscuras, visto que, tem sempre havido interpretações diferentes daquilo que é a grave crise institucional.

²⁵ O PAIGC não consegue governar normalmente, sobretudo por conta de disputas internas por cargos no governo, conduzindo a agremiação a permanentes fraturas e constantes destituições dos próprios governos (M'BUNDÉ, 2017).

para ocupar algumas pastas ministeriais em função de apoio dos seus deputados a uma nova maioria. Portanto, a inexistência do financiamento público direcionado aos partidos políticos e a adesão destes aos governos, a todo custo, devem ser conspícuas no cenário guineense como uma condição inevitável para a sobrevivência partidária e política. Toda esta situação hermética resulta-se na perda de um partido político com uma orientação ideológica partidária que poderia ser como uma ferramenta indispensável para inibir qualquer tipo de aliança política extraeleitoral, a qual colocaria em causa a estabilidade governativa e política do país (M'BUNDÉ, 2017).

Corroborando com o autor, existe um vazio ideológico de alguns partidos políticos no país. Esta fragilidade compromete a profunda institucionalização do sistema partidário no país e tem sempre contribuído para enfraquecer o normal processo de efetivação da democracia guineense. Um outro fator que antevemos colocar tem a ver com a possibilidade dos partidos que não ganharam as eleições de aderir ao governo em benefícios partidários ou próprios, que tendem a ser dispositivos acionados pelos partidos políticos, fazendo o antagonismo com aquilo que a constituição lhe concede com a capacidade de influenciar o PR, visto que este pode exonerar o governo de acordo com a lei magna do país. Portanto, os partidos políticos tendem a se desvincular ideologicamente no sentido de procedimentos que asseguram a sua sobrevivência e não tendo o interesse nacional como prioridade a ser considerado para o desenvolvimento do país e permitindo o funcionamento da democracia (M'BUNDÉ., 2017). Por outro lado, o país tem alguns políticos que, na visão de Weber (2015), vivem “da” política: como aqueles que lutam para fazer da política uma fonte de renda permanente e aqueles que vivem “para” a política e que têm consciência de que as suas vidas têm sentido a serviço de todos/as.

Vale salientar que a democracia guineense encontrou os problemas antes da sua implementação no país, problemas que, a este entender, precisavam ser compreendidos e tratados com mais cuidados para uma democracia representativa que se almeja. Em vista disso, é de grande relevância lembrar que os dados aqui apresentados, ou as discussões apresentadas, embora sejam fundamentais para esta análise, ainda são as hipóteses que poderão ser comprovadas ou não dependendo dos resultados de campo da pesquisa a ser realizada. Em linhas gerais, este estudo está em curso, deste modo, falta-nos posteriormente realizar a pesquisa de campo na capital Bissau com o intuito de recolher as informações sobre o assunto exposto. A partir da recolha das informações no campo, acreditar-se-á que as informações serão mais verossímeis e mais pormenorizadas sobre o problema em averiguação.

7. METODOLOGIA

Considerando a proposta do presente trabalho e no sentido de cumprir com o objetivo geral e os objetivos específicos, será realizada uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, por parecer a mais adequada para a realização da pesquisa. A pesquisa qualitativa é uma pesquisa interpretativa, com o investigador tipicamente envolvido numa experiência sustentada e incentivada pelos participantes, ou seja, é um meio para explorar e entender os significados pelos quais os indivíduos atribuem a um problema humano ou social. Isso introduz uma série de questões estratégicas, éticas e pessoais no processo de pesquisa qualitativa. Sendo assim, os pesquisadores refletem sobre os seus valores, as suas crenças, as suas origens e os seus gêneros, fazendo com que isso não interfira na interpretação dos resultados (CRESWELL, 2010).

No que tange ao procedimento de técnicas de coletas de dados, far-se-á o levantamento bibliográfico que permitirá caminhar de acordo com a proposta de trabalho. Através de levantamento bibliográfico, serão consultados livros, artigos, jornais, revistas, teses, dissertações, etc. que se debruçam sobre a temática e que servirão como suporte para a nossa fundamentação teórica. É nesta linha que Marconi e Lakatos (2010, p. 166) afirmam que a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias:

abrangem toda [a] bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. [A] sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.

Nesta perspectiva, Trujillo (1974 apud Marconi e Lakatos, 2010, p.166) realça que “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Através desta pesquisa, as referências bibliográficas que falam sobre o tema serão buscadas para ter as informações prévias sobre o assunto a ser estudado. Elas ajudarão a tirar novas conclusões do fenômeno a ser estudado, trazendo, assim, novos olhares sobre o que os outros já escreveram. Isso não implica que irá se fazer a repetição do que já foi dito, mas, através destas leituras, pode-se concordar ou não com aquilo que os outros já escreveram e, assim, trazendo à

tona as novas contribuições que ajudarão esclarecer o fenômeno em análise. O levantamento bibliográfico sobre o tema exposto permitirá saber em que estado se encontra o problema e quantos trabalhos já foram feitos sobre o fenômeno.

Em um outro momento de coleta dados, será realizada a pesquisa de campo que, no entendimento de Marconi e Lakatos (2010), objetiva obter as informações ou os conhecimentos acerca do problema, através do qual se procura uma hipótese, ou uma resposta que se queira corroborar, ou ainda descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles, o que vai permitir ao pesquisador aproximar os fatos que estão ocorrendo na realidade. A pesquisa de campo será feita na Guiné-Bissau, na cidade de Bissau, através da entrevista semiestruturada não dirigida, com diário de campo que me permitirá fazer as minhas anotações, sintetizar, sistematizar as experiências e as entrevistas a serem analisadas. As minhas anotações serão feitas de duas formas: vou registrar todas as informações dadas e escrever as ilações das entrevistas, o que me vai potencializar a compreender o problema em análise.

No entendimento de Marconi e Lakatos (2010), na entrevista semiestruturada não dirigida, o entrevistado tem a liberdade de discorrer sobre o tema em qualquer direção que considere adequada, sem se prender às indagações formuladas. É uma forma de poder explorar o assunto de forma ampla com perguntas abertas, que podem ser respondidas dentro de uma conversa informal. Entrevistaremos 13 pessoas no total, que têm informações sobre o assunto em análise, entre as quais 2 pessoas do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-verde (PAIGC), 2 pessoas do Partido da Renovação Social (PRS), 2 pessoas do Movimento de Alternância Democrática (MADEM-G15), respetivamente, os presidentes e os secretários gerais dos referentes partidos, 1 cientista social, 1 sociólogo, 2 cientistas políticas e 3 cidadãos da sociedade civil. A escolha do PAIGC deve-se ao fato do partido perder o estatuto de Partido-Estado durante o regime do partido único, do PRS por ser um partido de maior posição depois da abertura política e MADEM-G15 por ser o último partido político a ser criado em 2018 e que foi o segundo partido mais votado nas eleições legislativas de 2019. E, por sua vez, a escolha dos cientistas sociais deve-se ao fato deles lidarem com o fenômeno social e de serem capazes de emitir as suas opiniões sobre o tema exposto, a partir de uma perspectiva social e acadêmica, e ouvir também os cidadãos da sociedade civil sobre o fenômeno, uma vez que estes têm algo a falar sobre o assunto.

No que diz respeito aos recursos materiais, serão usados celular, câmera fotográfica e outros recursos que nos ajudarão a trabalhar de forma a corresponder com as diretrizes

estabelecidas. Desta forma, é importante salientar que, caso não haja a possibilidade financeira da deslocação para Bissau, se fará uma análise dos estatutos dos partidos acima referenciados e faremos a entrevista por via das redes sociais [WhatsApp, Messenger, Facebook, Twitter, Instagram, etc.]. Caso não haja a maneira de entrevistar os líderes políticos por causa da burocracia do país, serão feitas as entrevistas com os cientistas sociais e alguns cidadãos da sociedade civil guineense. Quanto a ética, se faz necessário o máximo de cuidado para preservar a identidade dos/as entrevistados/as para não pôr em risco a vida deles/as e, por isso, as informações, as gravações e as filmagens só serão realizadas mediante autorização dos entrevistados/as. Em seguida, procede-se com uma análise de conteúdos e das entrevistas com o intuito de depreender e extrair as visões dos entrevistados. Terminando esta fase, pretende-se, depois da defesa de monografia, fazer voltar ao trabalho para os (as) nossos (as) entrevistados (as).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGEL, Johannes; CARDOSO, Carlos. **Transição democrática na Guiné-Bissau: e outros ensaios**. Instituto nacional de estudos e pesquisa, 1996.
- AUGEL, Moema Parente. **O desafio do Escombro: noção identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Gramond, 2007.
- BIJAGÓ, Vagner Gomes. **O processo de democratização na África: a difícil transição na Guiné-Bissau**. Rev. Cadernos de Campo, Araraquara, n. 23, p. 217-243, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2ChArnS> /acesso no dia 25/03/2019.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia uma defesa das regras do jogo**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 13ª eds. 2015.
- BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. Malheiras Editores, 2000.
- BRANCO, Tugna Imbana. Resumos publicados em anais de congressos. O Papel dos Partidos Políticos no Processo Democrático Guineense (1994 - 2018). In: **V Semana Universitária da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira**, 2018, Acarape - CE. Acesso no dia 17/09/2019 por PDF.
- CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)**. Tese de doutorado – Salvador, 2013.
- CARDOSO, Carlos. **A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil**. In: Lusotopie, n°2, 1995. Transitions libérales en afrique lusófonos. p. 259-282.
- CARDOSO, Carlos. Ki-Yang-Yang: Uma Nova Religião dos Balantas? Soronda: **Revista de Estudos Guineenses**, v. 10, p. 3-15, 1990.
- CARDOSO, Leonardo. **A tragédia de junho de 1998: Factos e Comentários**. In: Soronda Número Especial 7 de Junho. INEP: dez. 2000. pp.125-151.
- CARVALHO, Norberto Tavares de. **O Dever da Memória (I)**. [outubro de 2008]. Disponível em: «<https://bit.ly/2DOQOc1>» acesso em: 10 jun. 2019.
- CARVALHO, Ricardo Ossagô de. **Que Democracia? O Processo de Transição Política Guineense e a Atuação das Forças Armadas na Condução da Política Nacional (1994- 2009)**. Teresina – PI, Universidade Federal do Piauí, 2010.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Disponível em: <https://bit.ly/36x3OQV> /acesso no dia 10/07/2018.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa métodos qualitativos, quantitativos e misto**. 3ª ed. São Paulo: Saga, 2010.
- DUARTE SILVA, António E. Invenção e Construção da Guiné-Bissau. Administração Colonial, Nacionalismo, Constitucionalismo. **Instituto de Cooperação Jurídica, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa) Almedina: Coimbra**, 2010.

FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro. **Guiné-Bissau e cabo verde: da unidade à separação**. Dissertação (mestrado em Estudos Africanos), Universidade do Porto, Porto, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2PSdBuM> /acesso no dia 10/04/2019.

FERNANDES, Raul Mendes. Partido único e poderes tradicionais. **Soronda-Revista de Estudos**, 1993.

GARCIA, Francisco Proença de. **Os movimentos independentistas, o Islão e o Poder Português (Guiné 1963-1974)**. Lisboa 2000. Disponível em: <https://bit.ly/2NKTwng> /visualizado no dia /20/01/2019.

GIL, António Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: ATLAS S.A 4ª ed. / 2002.

GOMES, Arrais Fidelelis da Silva. **Inserção política em Guiné-Bissau no processo de transição democrática (1994-2012)**. Tese (bacharel em ciências sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2012, Disponível em: <https://bit.ly/2riiJ19> /acesso no dia 01/03/2019.

HAVIK, Philip J. Mundasson i Kambansa: espaço social e movimentos políticos na Guiné Bissau (1910-1994). **Revista internacional de estudos Africanos**, n. 18-22, p. 115-167, 1995. Disponível em: <https://bit.ly/2WJd4gi> «acesso no dia 08/05/2019».

HOBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **III Recenseamento geral da população e habitação [2009]. Características socioculturais. Bissau: 2009**. Disponível em: <https://bit.ly/2rcVTI8> /Acesso em 20/ 09/2018.

JAUARÁ, Manuel. **Os lusoafrianos e etnorurais disputam o poder na Guiné-Bissau**. IX Congresso Luso-Afro-Brasileiro, 2006, Luanda, Angola. Anais... 28 a 30/11/2006.

KOUDAWO, Fafali. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: Da democracia revolucionária à democracia liberal**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 2001.

M'BUNDE, Timóteo Saba. **Comportamento partidário e cíclica interrupção da democracia na guiné- bissau**. Almanaque de Ciência Política, Vitória, vol. 1, n. 2, p. 43-56, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2JRF5wO> /acesso no dia 01/03/2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENDES, Livonildo Francisco (Ildo). **Democracia na Guiné-Bissau: por uma mudança de mentalidade**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2Nn5uVv> /Acesso no dia 15/09/2010.

MENDY, Peter Karibe. A emergência do pluralismo político na Guiné-Bissau. **Pluralismo político na Guiné-Bissau. Uma transição em curso**. Bissau, Instituto Nacional de Estudos Pesquisa, p. 11-65, 1996.

NÓBREGA, Álvaro. **A luta pelo poder na Guiné-Bissau**. Lisboa, Editora ISCSP, 2003.

RUDEBECK, Lars. **Colapso e reconstrução política na Guiné-Bissau 1998-2000: um estudo de democratização difícil**. Nordiska Afrikainstitutet, 2001.

SANGREMAN, Carlos Eduardo *et al.* **A evolução política recente na Guiné Bissau**: as eleições presidenciais de 2005; os conflitos; o desenvolvimento e a sociedade civil. Lisboa: ISEG-UTL, 2006.

SANTOS, Odair Fritas. **Democracia em cabo verde**: as eleições municipais de 2004 nas páginas dos jornais. Tesse (graduado em comunicação social-habitação e jornalismo), Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/36BTWft> / acesso no dia 03/02/2019.

SEMEDO, R. J. da C. G. *et al.* **PAIGC**: A face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974 a 1990). 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2pVXMJb> /acesso em 21/01/2019.

SILVA, António E. Duarte. **Invenção e construção da Guiné-Bissau**. [s.l.]: Almedina, 2010. (Coleção: Estudos de Direito Africano - Tema: Direito Constitucional).

SILVEIRA, Onésimo. **África ao Sul do Sahara**: Sistemas de Partidos e Ideologias de Socialismo. Editora: Associação Acadêmica África Debate, 2004. Cap. 2.

TEIXEIRA, R. J. D. **Cabo Verde e Guiné-Bissau**: as relações entre a sociedade civil e o Estado. Recife: UFPE, 2015.

TEIXEIRA, R. J. D. **Sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau**. 2008. Tese de Doutorado. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Pernambuco, PPGS-UFPE. Disponível em: <https://bit.ly/2rijDuz> «acesso no dia 15/07/2019».

WEBER, Max. A Política como a vocação. In: **Ciência e Política**: duas vocações. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 18ª ed. São Paulo: Cultrix, 2015, p.55-124.